

RELATÓRIO GERAL  
DAS ATIVIDADES DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
2ª REGIÃO  
1960

Em 3 de abril de 1961.

Em 24 de setembro do mesmo ano, em homenagem aos primeiros dez meses de nosso mandato e da Excm. Vice-Presidente, na direção dos órgãos da Justiça do Trabalho da 2a. Região, foram prestadas significativas homenagens perante a sessão, sob a polareta e ilustre advocacia militante de Senhor Ministro Presidente.

Cumprindo disposições regimentais, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência relatório circunstanciado das atividades da Justiça do Trabalho da Segunda Região, que compreende os órgãos trabalhistas dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, no ano findo de 1960.

Nosso campo de atividades abrange, além do Tribunal Regional do Trabalho e seus órgãos auxiliares, as dez e nove Juntas de Conciliação e Julgamento da sede e dez outras de fora da sede, assim como os Juizes de Direito das comarcas dos Estados da Região, investidos da jurisdição trabalhista em localidades onde não há aqueles órgãos de primeira instância.

#### DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Em onze de abril de 1960 o Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região foi honrado com a visita do Excm. Sr. Ministro Júlio Barata. Sua Excelência foi saudado pelo Excm. Sr. Juiz Homero Diniz Gonçalves, Vice-Presidente do Tribunal, tendo se associado às homenagens a Douta Procuradoria Regional do Trabalho.

Em 14 de setembro do mesmo ano, em comemoração aos primeiros doze meses de nosso mandato e da Egrégia Vice-Presidência, na direção dos órgãos da Justiça do Trabalho da 2a. Região, foi-nos prestada significativa homenagem durante a sessão, tendo usado da palavra o ilustre advogado militante neste fôro, Dr. Rio Branco Paranhos.

O quadro da magistratura trabalhista nesta Região sofreu, como usualmente, algumas alterações, tendo sido processados vários expedientes nesse sentido. Com a remoção dos Drs. Alfredo de Oliveira Coutinho, Júlio de Araújo Franco Filho e Octávio Pupo Nogueira Filho, Juizes-Presidentes, respectivamente, das Juntas de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, Sorocaba e 2a. de Santos para São Caetano do Sul, Jundiaí e 7a. da Capital, ficaram abertas as vagas correspondentes para as quais se abriu concurso de remoção. Não havendo interessados inscritos determinou o Egrégio Tribunal o arquivamento dos processos, abrindo-se, posteriormente, para seu preenchimento, concurso de promoção, por antiguidade e por merecimento.

Assim é, que para a 2a. Junta de Santos foi promovido, por merecimento, o Dr. Clóvis de Castro e Campos, então Juiz do Trabalho Substituto, por decreto federal de 2 de julho de 1960, publicado no Diário Oficial da União da mesma data, dando-se sua posse e exercício, no novo cargo, em 11 desse mês.

Pelo mesmo decreto foi promovido, por merecimento, para o cargo de Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocaba, o Juiz Substituto, Dr. José de VBar

- Fls. 3 -

foi nomeado o Bacharel Antonio de Sousa Nogueira Filho, cuja indicação foi dada pelo Excmo. Sr. Presidente da República, tendo tomado posse em 2 de agosto, com exercício no dia seguinte.

Pelo critério de antiguidade, foi promovido para a Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto o Juiz do Trabalho Substituto, Dr. Francisco Garcia Monreal Júnior, por decreto do Excmo. Sr. Presidente da República, datado de 25 de julho de 1960 e publicado no Diário Oficial da União da mesma data, tendo tomado posse igualmente em 2 de agosto e entrado em exercício em 3 do mesmo mês.

Por decreto de 30 de dezembro de 1960, foi aposentado, de acordo com o artigo 95, §§ 1º, item III e 178, item III, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, o Dr. Renato Werneck de Almeida Avellar, Juiz-Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo.

Sua Excelência que já em 1943 exercera o cargo de Procurador Adjunto do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, fôra nomeado pelo Excmo. Sr. Presidente da República para o cargo de Presidente da 1ª Junta, em 18 de maio de 1944, então órgão daquele Ministério, cargo que ocupou por dezesseis anos.

Assim, nos termos do artigo 654, § 5º da Consolidação das Leis do Trabalho procedeu-se à abertura do concurso de remoção, para preenchimento da vaga, cujos trâmites ainda prosseguem.

Em consequência das promoções mencionadas, vagaram 3 cargos de Juiz do Trabalho Substituto da Região, sendo que na vaga deixada pelo Dr. Clóvis de Castro e Campos foi

- Fls. 4 -

foi nomeado o Bacharel Antonio de Souza Nogueira Filho, cuja indicação lhe ficara assegurada pelo acórdão AC-TP-536/59, proferido no mandado de segurança nº TST 4/58. Seu decreto de nomeação, de 9 de dezembro de 1960, foi publicado na mesma data, tendo sua posse e exercício se verificado em data de 13 seguinte.

As demais vagas foram indicados candidatos habilitados em concurso, e para a deixada pelo Dr. Francisco Garcia Monreal Júnior, foram apontados os nomes dos três primeiros colocados, logrando nomeação o Bacharel Valentin Rosique Carrion, primeiro classificado. Para a decorrente da promoção do Dr. José de Barros Vieira Júnior foram indicados os remanescentes da lista anterior e mais um, sendo, porém, nomeado o Bacharel Clóvis Canela Salgado, segundo classificado. O expediente dessas duas últimas nomeações, iniciado no exercício de 1960, somente se ultimou em janeiro de 1961.

Encerrado o prazo de validade do concurso para provimento dos cargos de Juiz do Trabalho Substituto, promovido em 1955, abriu-se, em outubro, edital para nova seleção, de acórdão com as instruções baixadas pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, com o ato TST-9, de 17 de setembro de 1958.

Constituiu-se a Comissão de concurso dos Srs. Juizes deste Tribunal, Drs. Hélio Tupinambá Fonseca, Wilson de Souza Campos Batalha e Hélio de Miranda Guimarães, do Professor Alberto da Rocha Barros, como representante da Universidade de São Paulo, e do Professor Celso Neves, como representante da Ordem dos Advogados de São Paulo, sob a presidência do primeiro.

Impedido de assumir o encargo, por motivos supervenientes requereu dispensa o Juiz Hélio de Miranda Gui-

Guimarães, que foi substituído pelo Juiz-Presidente da 13a. Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, Dr. Gabriel Moura Magalhães Gomes.

De acordo com as normas estabelecidas, foi divulgado o edital de concurso nas demais Regiões, surgindo, dessa forma, candidatos de vários Estados da Federação, num total de 126, tendo sido, entretanto, recusadas oito inscrições, por não preencherem os requisitos necessários.

Inicialmente foi procedido o julgamento dos títulos apresentados pelos concorrentes e em seguida realizaram-se as provas escritas de caráter doutrinário e prático, nas dependências da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, gentilmente cedidas pela sua Administração. Compareceram ao primeiro exame 89 candidatos, tendo um deles desistido do concurso. Efetuado o sorteio dos pontos, foi designado o de número 17, versando sobre a seguinte redação: "Da citação, revelia e confissão e suas peculiaridades no Direito do Trabalho." Ao segundo exame escrito, ou seja, à prova prática, compareceram 87 concorrentes, tendo sido, após o sorteio, formulada questão sobre "Recursos admissíveis no processo do trabalho".

Após os exames orais, realizados publicamente neste Tribunal, encerrou-se o concurso no qual lograram classificação 51 candidatos.

Doze candidatos requereram revisão de provas, tendo sido indeferidos todos os pedidos, sendo que das decisões recorreram alguns ao Tribunal Regional, sem sucesso.

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campi --  
nas, para seu suplente; João Mariuccio, indicado pelo Sindicato  
dos Salões de Barbeiros e de Cabelereiros, etc., de Campinas, pa  
ra a função de vogal representante dos empregadores e Jayme Ser --  
ra, do Sindicato do Comércio Varejista de Campinas, para seu su  
plente.

Para a Junta de Jundiaí foram designados  
os Srs. Lúcio Agnello Rivelli, do Sindicato da Indústria do Vi --  
nho, de Jundiaí, para as funções de vogal representante dos empre  
gadores e Armando Gáspari, indicado pelo mesmo sindicato, para  
seu suplente; Albino Tomin, do Sindicato dos Trabalhadores nas  
Indústrias de Vidros, Cristais, etc. de Jundiaí, para exercer a  
função de vogal representante dos empregados e Guilherme Peron, do  
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecâni --  
cas e do Material Elétrico de Jundiaí, para suplente.

Para a Junta de Santo André, foram de --  
signados os Srs. Pedro Boralli, do Sindicato da Indústria Mecâni  
ca do Estado de São Paulo, para exercer as funções de vogal repre  
sentante dos empregadores e Fernando Garcez, do Sindicato dos Mes  
tres e Contra-Mestres na Indústria de Fiação e Tecelagem, no Esta  
do de São Paulo, para exercer as funções de vogal representante  
dos empregados; respectivamente, suplentes, os Srs. Bruno Boschet  
ti, indicado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Santo André  
e Lot Carvalho Diniz, indicado pelo Sindicato dos Condutores de  
Veículos Rodoviários e anexos de Santo André.

Para a 7a. Junta da Capital, foram desig  
nados os Srs. Plínio Ribeiro Mendonça, indicado pelo Sindicato

Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo e João Batista Guzzardi, do Sindicato das Empresas de Garagem de São Paulo, para seu suplente; Antonio Pereira Magaldi, indicado pelo Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas etc., para vogal dos empregados e Lourival Portal da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais no Estado de São Paulo, para seu suplente.

Tôdas essas escolhas foram levadas a bom termo, sem que houvesse impugnações.

Essas, Senhor Ministro Presidente, as alterações no quadro da magistratura trabalhista da Segunda Região no ano findo.

Das demais causas supervenientes analisadas 3 ações mandatórias, 1 ação declaratória, 4 exceções de incompetência, 17 conflitos de jurisdição, e 9 mandados de segurança.

Em sessão extraordinária realizada em 4 de abril, o Tribunal deliberou, nos termos do artigo 12 n. 14, letra "e", combinado com o artigo 30 do Regimento Interno, que suas sessões, passariam, a partir de 18 de abril, a ser realizadas, nas segundas, terças e quartas feitas, alterando, assim, praxe de longos anos. Em 23 de agosto, decidiu mais o Tribunal, aprovar várias emendas ao mesmo Regimento Interno, tanto de ordem administrativa, como processual.

O Tribunal realizou 199 audiências, com 1.524 processos em pauta, tendo convertido em diligência 72 e provido 231 extintivos. Quanto ao movimento judiciário do Tribu



Tribunal, no decorrer de 1960, devemos salientar os seguintes resultados. Não foram conhecidos, sendo que do total, 446 processos constaram com Tivemos 4.313 processos vários entrados em 1960, sendo que, como é óbvio, o maior número foi de recursos ordinários, em número de 3.364. Com relação ao ano anterior houve uma diferença para mais, no total de 396 processos entrados, dos quais 227 foram de recursos ordinários.

Além desses recursos ordinários, a maior incidência de processos foi em dissídios coletivos, em número de 120 e de pedidos de homologação de acordos, em número de 167, 31 mais dos primeiros e 28 mais dos segundos, em relação ao ano de 1959.

Dos demais casos esporádicos assinalamos 3 ações rescisórias, 1 ação declaratória, 4 exceções de incompetência, 17 conflitos de jurisdição, e 9 mandados de segurança.

A soma de todos os processos recebidos - com os do ano anterior resultou em 5.839 processos em 1960, dos quais 59 foram anulados por razões diversas, restando 5.780 por apreciar pelo Tribunal.

Desse total 4.450 lograram solução, ficando 1.555 por apreciar no ano seguinte. Assim, foram julgados 3.374 recursos ordinários, 116 dissídios coletivos, 161 pedidos de homologação de acordo, 95 agravos de instrumento, etc.

O Tribunal realizou 155 audiências, com 3.924 processos em pauta, tendo convertido em diligência 72 e procedido a 253 adiamentos. Dos recursos ordinários, 547 foram pro-

providos, 372 tiveram provimento em parte, 1.950 tiveram negado provimento e 155 não foram conhecidos, sendo que do total, 446 processos constaram com dois recursos por julgar.

Des dissídios coletivos, 25 foram julgados procedentes, 14 procedentes em parte e 9 improcedentes; dos pedidos de homologação, 154 foram atendidos e 8 não o foram; dos mandados de segurança foram julgados procedentes 3, improcedentes 2 e em 4 houve desistência que o Tribunal homologou.

Com referência ao movimento com a Procuradoria Regional do Trabalho devemos assinalar que lhe foram submetidos 713 processos durante o ano, dos quais foram devolvidos com parecer 438.

Quanto aos recursos interpostos das decisões do Tribunal ressaltamos 2.895 recursos de revista, dos quais 2.100 foram remetidos à Superior Instância; 44 recursos ordinários, dos quais 41 foram encaminhados; 156 agravos de instrumento, sendo remetidos 124 e 30 embargos que também seguiram à apreciação superior.

Baixaram aos órgãos de origem para execução 4.980 processos de naturezas diversas, sendo 3.272 às Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital, 767 às de fora da sede e 851 aos Juízos das Comarca da Região.

A Presidência do Tribunal realizou 101 audiências de conciliação em dissídios coletivos; teve 588 processos de agravo de petição por apreciar, sendo 416 entrados no ano de 1960, e 91 pedidos de correição por decidir, dos quais 8

8 vieram do ano anterior. Dos 335 agravos julgados pela Presidência, 12 foram submetidos ao Tribunal, e 72 pedidos de correição foram solucionados, passando 19 para o ano seguinte. Das decisões dos agravos foram interpostos 66 recursos extraordinários, dando a soma com os do ano anterior, o total de 74; não foram recebidos 44 e 18 foram remetidos à instância suprema. Dos indeferimentos foram interpostos 44 agravos de instrumento, que somados aos 14 do ano anterior perfizeram o total de 58, dos quais 53 encaminhados ao Colendo Supremo Tribunal.

Pelo exposto verifica-se da intensidade de movimento de processos neste Tribunal Regional, bem superior ao do ano anterior, que ilustramos melhor nos quadros anexos (an. I a VII).

A Secretaria do Tribunal e demais órgãos auxiliares acompanharam o ritmo acelerado das atividades, tendo sido desenvolvidos vários serviços administrativos, como passaremos a expor.

Antes, porém, não podemos deixar de comentar as péssimas instalações em que se encontram os órgãos da sede desta Justiça, nesta Capital.

Há cinco anos atrás, quando da locação do prédio em que nos encontramos, já as dificuldades de acomodações para esta repartição eram as mais sensíveis. Os edifícios de propriedade da União ou do Estado, ou mesmo da Municipalidade

Municipalidade nos foram inacessíveis e outros particulares, em lugar próximo do centro, com salas adequadas não nos aceitaram como locatários. Somente nos restou alugar um prédio que, na ocasião, permitiu a adaptação dos compartimentos às nossas necessidades.

Porém, como é notório, a Justiça do Trabalho nesta Capital alcançou um desenvolvimento enorme nesse quinquênio, e as nossas instalações hoje deixam muito a desejar, mormente agora, que foram criadas mais quatro Juntas de Conciliação e Julgamento na sede. Os elevadores se tornaram insuficientes e salas tiveram que ser readaptadas para conter outras repartições necessárias, embora com prejuízo de iluminação e ventilação.

Assim, é preciso que os Poderes Públicos auxiliem nesse problema a sede da Justiça do Trabalho da 2a. Região, ou facilitando a locação de edifício público, adequado ao seu funcionamento e em local que favoreçam as partes e seus procuradores, ou nos construindo um prédio condizente com as exigências de conforto que merecem os magistrados, funcionários e partes que dela se socorrem em busca de solução de seus casos.

A Seção Administrativa do Tribunal teve tal incremento em suas atribuições que exigiu seu desmembramento em 3 sub-seções ou serviços. Ficou assim constituída do serviço de pessoal, de orçamento e contabilidade e do material. São inúmeros os trabalhos realizados em cada uma dessas sub-divisões,

que discriminamos nos quadros anexos (an. IX a XI).

Não podemos, no entanto, deixar de ressaltar que, no ano findo de 1960, somente a seção do pessoal expediu 1.091 officios, 247 telegramas, lavrou 824 portarias, 594 a postilas em títulos de funcionários, além dos inúmeros outros encargos que desempenharam. A seção do material, por sua vez, promoveu a 192 requisições ao Departamento Federal de Compras, num total de Cr\$ 1.190.000,00, a 6 concorrências administrativas no valor de Cr\$ 544.849,00, 1 concorrência pública no total de Cr\$. 252.500,00, 2 coletas de preços no valor de Cr\$ 92.000,00 e 5 adiantamentos de Cr\$ 25.000,00, sendo utilizadas todas as verbas orçamentárias dentro das estritas necessidades. E a seção de orçamento e contabilidade, além do expediente habitual, ficou encarregada, a partir de setembro de 1960, de todo o expediente de pagamento dos servidores, desde a feitura dos cálculos, averbações em fôlha, até aos cheques e relações das consignações. Tal expediente, já previsto no art. 682, inciso XIV e no Regimento Interno do Tribunal, só foi concretizado graças à autorização do Dr. Diretor Geral da Fazenda Nacional, tendo a seção de orçamento e contabilidade da Secretaria do Tribunal se desincumbido com o maior sucesso desses encargos, apesar do mínimo de funcionários que a servem. Assim é que a partir de setembro, nesse setor, foram confeccionados 1.720 cheques, 1.300 relações de consignações, 2.450 averbações em fôlhas, etc. Como a partir de fevereiro de 1960, ficaram os funcionários da sede desta Justiça sujeitos a relogio de ponto, a essa seção, também, incumbiu o seu controle, tendo sido expedidos e preenchidos durante o ano 3.784 cartões.

informações ao público, 10.984 papis protocolados, 12.972 proces

Além disso expediram 500 ofícios, 70 telegramas, 11 mensagens referentes à insuficiência de verbas orçamentárias, etc.

A Secção de Processos também teve maior serviço no ano findo, paralelamente à elevação do movimento processual do Tribunal. Assim é que expediram 8.311 notificações em 1960, quando no ano anterior foram 5.915; publicaram 4.448 acórdãos, sendo que em 1959 o foram 4.175; 4.066 certidões foram extraídas, enquanto em 1959 esse número foi de 3.222; extraíram-se 133 traslados e 365 cartas de sentença, expediram-se 808 editais de acórdãos, 144 editais de pautas e foram contados Cr\$215.412,00 em emolumentos de certidões, Cr\$ 136.756,20 em traslados e Cr\$. 278.214,10 de custas processuais.

A Contadoria, incumbida de elaborar os cálculos nas execuções de sentenças e das custas, quando solicitados, calculou em 1.572 processos o montante de Cr\$ 150.806.921,10 de condenações, entre principal e juros de mora, e Cr\$3.219.839,80 de custas, arrecadadas em selos federais, tudo num total de Cr\$ 154.026.741,90. Essa mesma secção, no ano anterior, procedeu desses cálculos, o valor de Cr\$ 69.115.284,90, podendo-se, dessa forma, aquilatar do acréscimo dos serviços que lhes estão afetos.

O Serviço de Comunicações é outra repartição da Secretaria do Tribunal que se desenvolveu sobremaneira nestes últimos anos. Tantas são as suas atribuições que passou a constituir secção independente da Secção Administrativa, tendo exercido no ano que passou enorme atividade. Distinguimos nesse setor alguns serviços feitos: 43.250 anotações em fichas, 63.240 informações ao público, 10.984 papéis protocolados, 12.972 proces

processos autuados, etc. (an. XII).

Como se sabe há nesta Justiça a Distribuição das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo e das de Santos.

Esses dois órgãos constituem seções diretamente subordinadas à Presidência do Tribunal, "ex vi" do art. 715 da Consolidação das Leis do Trabalho. No entanto, delegamos competência ao Sr. Juiz-Presidente de Santos para supervisionar a Distribuição nessa cidade para maior facilidade dos serviços.

A Distribuição de Santos acusou um ligeiro decréscimo no movimento de reclamações em relação ao ano anterior. Foram distribuídos às duas Juntas existentes naquela cidade 2.363 processos, com o total de 2.894 reclamantes, cabendo o maior número às reclamações verbais e em seguida às escritas.

Em São Paulo houve igualmente em 1960 - uma pequena diminuição no número das reclamações entradas, sendo o total 29.153 enquanto em 1959 foi de 29.877.

Do número recebido constam 12.822 processos, com 22.927 reclamantes, em reclamações escritas, e 15.072 processos com 16.405 reclamantes das verbais. Foram distribuídas também 1.259 processos de cartas precatórias, em que constam 4981 reclamantes.

No movimento de custas verificamos a incidência de Cr\$ 26.023.934,00 impostas, das quais foram arrecadadas Cr\$ 1.259.000,00.

#### DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Apesar do leve declínio acusado no nú

número de reclamações entradas na Distribuição de São Paulo e Santos, tiveram as 29 Juntas de Conciliação e Julgamento da Região o total de 46.123 processos por apreciar no ano de 1960, com 84.811 reclamantes.

Desse número foram solucionados 38.194 processos, com 54.809 reclamantes, o que representa 82,37% de reclamações completamente encerradas, restando para resolver no exercício seguinte, 7.997 processos, com 29.733 reclamantes.

Dos feitos em andamento, 67.175 foram levados à pauta, com 121.505 reclamantes, dos quais 12.171, com 15.768 reclamantes, foram conciliados, num valor total de Cr\$. 254.223.155,40. Considerando-se que essa solução retrata 31,33% do total dos litígios existentes no ano, temos que esses órgãos de primeira instância têm correspondido a uma de suas principais funções que é a harmonização das forças do capital e do trabalho.

Verificaram-se nas decisões proferidas, 4.466 julgamentos procedentes (com 9.091 reclamantes), 1.969 procedentes em parte (com 3.791 reclamantes), 3.093 improcedentes e prescrições. Não foram conhecidos, ou houve desistência ou arquivamento em 12.237 processos, com 15.370 reclamantes. Do total de 139 inquéritos judiciais havidos, em 28 ocorreu conciliação, 66 foram julgados procedentes, 33 improcedentes e 12 foram arquivados.

No movimento de custas verificamos a importância de Cr\$ 26.020.934,80 impostas, das quais foram arrecadadas o valor de Cr\$ 12.597.933,40.

Das sentenças de primeira instância fo-



- Fls. 17 -

foram interpostos 2.046 embargos, sendo rejeitados 1.735, providos em parte 138 e providos 173.

Conforme prescreve o art. 658 da Consolidação do Trabalho, os MM. Juizes de Direito das Juntas de Conciliação e Julgamento da sede. Estão seus encargos distribuídos por zona, cometidos, por rodízio, a um determinado servidor. Essa experiência, que em poucos meses trouxe os resultados mais satisfatórios, ficou de comprovada utilidade no ano de 1960.

Durante o exercício foram enviados à sala dos oficiais de justiça 16.068 pedidos de diligências, sendo 5.649 notificações, 1.285 em cartas precatórias, 5.754 mandados de citação e 3.380 de assuntos diversos, tais como penhoras, remoções, etc. Do total foram consumadas 15.964 diligências, o que traduz um resultado de 99,5% do cumprimento das mesmas.

De janeiro do corrente ano, criando Juntas de Conciliação e Julgamento em cidades da Região de maior incremento econômico, tem-se procurado, também, facilitar o acesso ao Poder Judiciário. É-nos grato, Sr. Ministro Presidente, patentear pelo exposto a profícua atuação dos órgãos desta Justiça, em cujos trâmites, a par do senso de responsabilidade, dedicação e colaboração de todos os seus servidores, desde o mais simples até o dos investidos das maiores responsabilidades, procurou-se observar, com rigor, a diretriz de cumprir com brevidade e eficiência seus inúmeros encargos.

## DOS JUÍZOS DE DIREITO

Conforme preceitua o art. 668 da Consolidação das Leis do Trabalho, os MM. Juizes de Direito das comarcas onde não há Juntas de Conciliação e Julgamento estão investidos, também, da jurisdição trabalhista.

Esta Região que compreende os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, conta, nestes membros da federação, com cidades as mais prósperas, principalmente nos dois primeiros.

Vários juizes se veem, assim, assoberbados com pleitos tanto cíveis, como criminaes ou trabalhistas, não sendo, estes, julgados com a rapidez e brevidade exigidos por sua própria natureza social.

Vindo ao encontro de velha aspiração, votou o Colendo Congresso Nacional projeto que se converteu na Lei nº 3.873, de 30 de janeiro do corrente ano, criando Juntas de Conciliação e Julgamento em cidades da Região de maior incremento econômico, o que virá, também, facilitar o já penoso officio dos Juizes de Direito no campo específico de suas atribuições jurisdiccionais.

Foram instituídas com a lei mencionada, as Juntas de Conciliação e Julgamento de Araraquara, Taubaté, São José dos Campos, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Rio Claro, São Carlos, Americana, Bauru, Barretos e Piracicaba.

expressões de reconhecimento pelo valioso serviço prestado a esta Piracicaba, no Estado de São Paulo; 2a. Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Londrina e Ponta Grossa, no Estado do Paraná; e a de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

A instalação desses novos pretórios de verá dar-se tão-logo tenhamos os meios materiais e o pessoal ade quados.

De modo geral podemos afirmar, pelos re cursos remetidos das comarcas da Região, que o movimento das re clamações trabalhistas ascendem sobremaneira nos Juizes de Direi- to, tendo seus ilustres titulares cumprido com eficácia e operosi- dade sua missão.

Pelos quadros anexos, mais especificamen- te demonstramos os enormes encargos que sobrecarregaram este ramo do Judiciário Trabalhista, no ano que acabamos de relatar.

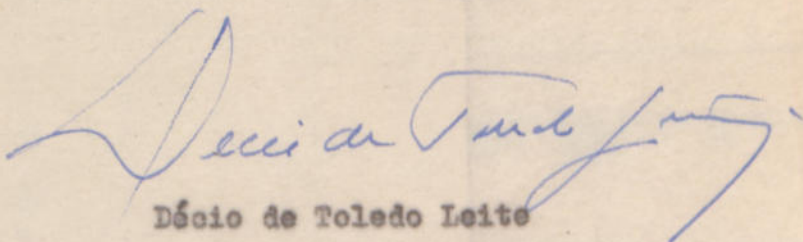
Esta Presidência tem a satisfação de con- gratular-se com todos os servidores de seu quadro, pela colabora ção, presteza e dedicação reveladas no desempenho de suas atribui ções, o que permitiu atingir tão significativo resultado.

E a Vossa Excelência, Ministro Presiden- te da Suprema Instância, temos a honra de apresentar nossas ex -

- Fls. 20 -

expressões de reconhecimento pelo valioso apóio emprestado a esta Justiça no ano próximo passado, a que esperamos corresponder cada vez mais decisivamente, para o maior engrandecimento e prestígio da Família Trabalhista.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.



Décio de Toledo Leite  
Presidente

o 12 em coberto  
em 2 de

/voto

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO I

- MOVIMENTO GERAL DE PROCESSOS EM 1.960 -

ESPÉCIES	Por apreciar em 31.12.59	Entradas em 1.960	TOTAL	Anulados	TOTAL	Apreciados em 1.960	Por apreciar em 31.12.60
Recursos ordinários	1.231	3.364	4.595	15	4.580	3.374	1.206
Dissídios	46	120	166	19	147	116	31
Revisões de dissídios	1	2	3	-	3	3	-
Homologações de acordos	11	167	178	1	177	161	16
Agraves de instrumento	27	90	117	3	114	95	19
Mandados de segurança	3	9	12	-	12	9	3
Conflitos negativos de jurisdição	5	17	22	1	21	17	4
Exceção de incompetência	2	4	6	-	6	3	3
Recurso de agravo de petição	1	2	3	-	3	1	2
Ação rescisória	2	3	5	-	5	4	1
Impugnação de Vogel	1	1	2	-	2	1	1
Reclamação sobre custas	1	-	1	-	1	1	-
Recurso ex-officio	2	2	4	-	4	2	2
Assunto administrativo	7	6	13	3	10	4	6
Memorial	-	1	1	1	-	-	-
Ação declaratória	-	1	1	-	1	-	1
Agraves de petição	172	416	588	15	573	335	238 *
Agraves de instrumento em agravo de petição	6	25	31	1	30	14	15 **
Embargos declaratórios e processos julgados novam.	-	-	-	-	-	224	-
Agravo de Petição c/acórd.	-	-	-	-	-	15	-
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição c/acórd.	-	-	-	-	-	1	-
Pedidos de correção	8	83	91	-	91	72	19
<b>TOTAL</b>	<b>1.526</b>	<b>4.313</b>	<b>5.839</b>	<b>99</b>	<b>5.780</b>	<b>4.450</b>	<b>1.555</b>

\* 12 com acórdão

\*\* 1 " "

/vcm.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO II

- DISCRIMINAÇÃO DOS TRABALHOS EFETUADOS EM 1.960 -

ESPÉCIES	DECISÕES		Sub-Total	TOTAL
a)- RESUMOS .....	1 - Audiências do Presidente 2 - Sessões realizadas 3 - Processos recebidos 4 - Entrados em pauta 5 - Desistências homologadas 6 - Incompetência da J.T. 7 - Convertidos em diligência 8 - Adiamentos 9 - Processos solucionados	99 155 4.313 3.924 16 18 72 253 4.450		
b)- RECURSOS ORDINÁRIOS..	1 - Providos 2 - Providos em parte 3 - Não providos 4 - Anulados 5 - Não conhecidos 6 - Desistências homologadas 7 - Incompetência da J.T. 8 - Conv. em diligência c/acórdão 9 - Determinada a baixa 10 - Processos com dois recursos	547 372 1.950 15 155 31 18 10 4 446	3.548	
c)- DISSÍDIOS COLETIVOS..	1 - Homologados 2 - Procedentes 3 - Procedentes em parte 4 - Impercedentes 5 - Não homologados 6 - Acolhida a preliminar	76 25 14 9 3 3	130	
d)- REVISÃO DE DISSÍDIO..	1 - Homologados 2 - Procedentes	2 1	3	
e)- HOMOLOGAÇÃO DE ACÓRDO.....	1 - Homologados 2 - Não homologados	154 8	162	
f)- AGRAVOS DE INSTRUMENTO.....	1 - Providos 2 - Não providos 3 - Não conhecidos	19 65 15	99	
g)- CONFLITOS DE JURISDIÇÃO .....	1 - Procedentes 2 - Não conhecidos	13 5	18	
h)- MANDADOS DE SEGURANÇA.....	1 - Procedentes 2 - Improcedentes 3 - Desistências homologadas	3 2 4	9	
i)- AÇÃO RESCISÓRIA....	1 - Conhecida 2 - Não conhecida	2 2	4	
j)- EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIAS.....	1 - Conhecida 2 - Determinada a baixa	1 2	3	
l)- OUTROS JULGAMENTOS..	1 - Embargos em recursos 2 - Embargos em dissídio 3 - Embargos em homologação de acórdão 4 - Assunto administrativo 5 - Recurso ex-officio 6 - Reclamação sobre custas 7 - Reclamação de Agravo de Petição 8 - Impugnação de Vagal 9 - Agravo de Petição com acórdão 10 - Agravo de Instrumento em Agravo de Petição 11 - Pedidos de correição 12 - Agravos de petição 13 - Agravo de Inst. em Agravo de Petição	23 5 2 4 2 1 1 1 13 1 72 335 14	474	4.450

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO III

MOVIMENTO DAS DECISÕES - (EMPREGADOR E EMPREGADO)

DECISÕES	Empregador	Empregado		Sub - Total	TOTAL
<b>- I - RECURSOS -</b>					
a) Providos	292	218	-	-	-
Providos (julgados novamente)	18	19	-	547	-
b) Providos em parte	242	103	-	-	-
Providos em parte (julg.novam.)	12	15	-	372	-
c) Não providos	1.207	636	-	-	-
Não providos (julg.novam.)	75	32	-	1.950	-
d) Não conhecidos	91	62	-	-	-
Não conhecidos (julg.novam.)	2	-	-	155	-
e) Desistências	-	-	30	-	-
Desistências (julg. novam.)	-	-	1	31	-
f) Anulados	-	-	15	15	-
g) Determinada a baixa	-	-	4	4	-
h) Em diligência com acórdão	-	-	10	10	-
i) Incompetência da J.T.	-	-	18	18	3.102
j) Processos com dois recursos					
1- Providos	59	101	-	-	-
2- Providos em parte	66	69	-	-	-
3- Não providos	296	251	-	-	-
4- Não conhecidos	21	22	-	-	-
5- Desistências	3	3	-	-	-
6- Diligência	1	-	-	-	-
					<u>1416</u>
					<u>3.548</u>
<b>- II - DISSÍDIOS COLETIVOS -</b>					
a) Homologados	-	67	-	-	-
Homologados (julgados novam.)	-	9	-	76	-
b) Procedentes	-	25	-	-	-
Procedentes (julgados novam.)	-	4	-	29	-
c) Improcedentes	-	8	-	-	-
Improcedentes (julgados novam.)	-	1	-	9	-
d) Não homologados	-	3	-	3	-
e) Procedente em parte	-	10	-	10	-
f) Acolhida a preliminar	-	-	3	3	<u>130</u>
<b>- III - REVISÕES DE DISSÍDIOS -</b>					
a) Homologados	-	2	-	-	-
b) Procedentes	-	1	-	-	<u>3</u>
<b>- IV - HOMOLOGAÇÃO DE ACÓRDO -</b>					
a) Homologados	17	136	-	-	-
Homologados (julg.novamente)	-	1	-	154	-
b) Não homologados	-	8	-	<u>8</u>	<u>162</u>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO IV

MOVIMENTO DAS DECISÕES - (EMPREGADOR E EMPREGADO)

DECISÕES	Empregador	Empregado		Sub - Total	TOTAL
<b>- V - AGRAVOS DE INSTRUMENTO -</b>					
a) Providos Providos (julg.novam.)	11 -	7 -1	=	19	=
b) Não providos Não providos (julg. novamento)	42 1	20 2	=	65	=
c) Não conhecidos	10	5	-	15	<u>99</u>
<b>- VI - CONFLITOS DE JURISDIÇÃO -</b>					
A) Procedente Procedente (julg.novamento)	- -	- -	12 1	- 13	- -
b) Não conhecidos	-	-	5	5	<u>18</u>
<b>- VII - EMBARGOS DECLARATÓRIOS</b>					
a) Não providos em recursos	2	1	-	-	-
b) Providos em recurso	5	13	-	-	-
c) Não conhecidos em recursos Não conhecidos em dissídios Não conhecidos em homologação	- - -	-1 2 2	- - -	- - -	- - -
d) Conhecidos em dissídio	-	3	-	-	-
e) Desistências em recurso	-	1	-	-	<u>30</u>
<b>- VIII - OUTROS JULGAMENTOS -</b>					
a) Mandados de segurança	-	-	9	-	-
b) Não rescisória	-	-	4	-	-
c) Exceção de incompetência	-	-	3	-	-
d) Assunto Administrativo	-	-	4	-	-
e) Recurso ex-officio	-	-	2	-	-
f) Reclamação sobre custas	-	-	1	-	-
g) Recurso de Agravo de Petição	-	-	1	-	-
h) Impugnação de Vogal	-	-	1	-	-
i) Agravo de Petição com acórdão	-	-	15	-	-
j) Agrav. de Instrumento em Agrav. de Petição com acórdão	-	-	1	-	-
l) Pedidos de correição	-	-	72	-	<u>111</u>
<b>- IX - AGRAVOS DE PETIÇÃO -</b>					
a) Não providos	212	51	-	-	-
b) Providos	39	11	-	-	-
c) Providos em parte	9	-	-	-	-
d) Não conhecidos	7	4	-	-	-
e) Anulados	-	1	-	-	-
f) Determinada baixa	1	-	-	-	<u>335</u>
<b>- X - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO -</b>					
a) Não providos	10	2	-	-	-
b) Providos	2	-	-	-	<u>12</u>
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 1.960					<u>4.450</u>



JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO V

- CONFLITOS DE JURISDIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO DAS PARTES -

MOVIMENTO	JUNTAS X JUNTAS	JUIZES X JUIZES	JUIZES X JUNTAS	TOTAL
Por apreciar em 1.959	3	2	-	5
Entrados	9	5	3	17
Anulados	-	1	-	1
Apreciados em 1.960	10	4	3	17
Por apreciar	2	2	-	4

-PROCESSOS POR JULGAR (DEZEMBRO) E MOVIMENTO COM A PROCURADORIA-

ESPÉCIE	PROCURADORIA			Com os juizes	Em pauta	Aguard. pauta	Em dilig.	Aguard. dist.	Em inst.	Aguard. desp.	TOTAL
	Em dezembro	Devolvidos	P/devolver em 31.12.60								
Recursos	649	385	266	613	82	126	23	96	-	-	1.206
Dissídios	18	14	4	-	2	1	-	-	24	-	31
Homologações	34	31	3	-	-	-	-	-	13	-	16
Agr. Instrumento	7	7	-	16	-	-	1	2	-	-	19
Conflitos	1	1	-	2	1	-	-	1	-	-	4
Mand. Segurança	-	-	-	2	-	-	-1	-	-	-	3
As. Administrat.	-	-	-	4	-	-	-	2	-	-	6
Rec. Ex-Officio	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Ação Rescisória	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Impug. Vogal	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Exceção incompet.	-	-	-	2	-1	-	-	-	-	-	3
Rec. Agr. Petição	2	1	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Ação declarat.	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1
Ped. correição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19
Agrav. Petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	226	226
Ag. Inst. em Ag. de Petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
<b>TOTAL</b>	<b>713</b>	<b>438</b>	<b>275</b>	<b>644</b>	<b>86</b>	<b>127</b>	<b>25</b>	<b>101</b>	<b>37</b>	<b>260</b>	<b>1.555</b>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO VI

- MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO T. R. T. -

ESPÉCIES	RECURSOS DE REVISTA						RECURSOS ORDINÁRIOS					
	P/rom- ter em 1.959	Entra- dos	Não recebi- dos	TOTAL	Remeti- dos em 1.960	Por re- meter.	P/rom. em 1.959	Entra- dos	Não recebi- dos	TOTAL	Remeti- dos em 1.960	Por re- meter.
Recursos ordinários	1.441	2.859	60	4.240	2.073	2.167	-	-	-	-	-	-
Agravos de instrumento	2	14	-	16	14	2	-	-	-	-	-	-
Dissídios coletivos	-	-	-	-	-	-	15	40	2	53	38	15
Mandados de segurança	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	3	1
Recurso de Agravo Petição	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Homologação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação rescisória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agravo de Petição	-	21	6	15	12	3	-	-	-	-	-	-
Impugnação de Vogal	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
<b>T O T A I S</b>	<b>1.444</b>	<b>2.895</b>	<b>66</b>	<b>4.273</b>	<b>2.100</b>	<b>2.173</b>	<b>15</b>	<b>44</b>	<b>2</b>	<b>57</b>	<b>41</b>	<b>16</b>

- MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO T. R. T. -

ESPÉCIES	AGRAVOS DE INSTRUMENTO						EMBARGOS				
	P/rom- ter em 1.959	Entra- dos	Não recebi- dos	TOTAL	Remeti- dos em 1.960	Por re- meter	P/rom. em 1.959	Entra- dos	TOTAL	Remeti- dos em 1.960	Por re- meter.
Recursos ordinários	71	154	3	222	124	98	2	21	23	23	-
Agravos de instrumento	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Dissídios coletivos	-	1	-	1	-	1	-	5	5	5	-
Mandados de segurança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recurso de Agr. Petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homologação	-	1	-	1	-	1	-	2	2	2	-
Ação rescisória	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Agravo de Petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impugnação de Vogal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>T O T A I S</b>	<b>71</b>	<b>156</b>	<b>3</b>	<b>224</b>	<b>124</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>30</b>	<b>32</b>	<b>30</b>	<b>2</b>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO VII

- RECURSOS ENVIADOS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL -

6

A G R A V O D E P E T I Ç Ã O

EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	
Por remeter em 1.959	8
Entrados	66
Não recebidos	44
Remetidos em 1.960	18
Por remeter	12
EM AGRAVO DE INSTRUMENTO	
Por remeter em 1.959	14
Entrados	44
Não recebidos	-
Remetidos em 1.960	53
Por remeter	5

- PROCESSOS ENVIADOS À EXECUÇÃO -

ESPÉCIES	J. C. J. da CAPITAL	J. C. J. do INTERIOR	JUIZOS	TOTAL
Recursos	2.461	655	748	3.864
Agravos de Petição	339	50	37	426
Agravos de Instrumento	52	22	16	90
Cartas de sentença	290	26	35	351
Conflitos	-	1	3	4
Agravo de Instrumento em Recurso (TST)	106	7	10	123
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (STF)	14	1	2	17
Exceção de incompetência	1	1	-	2
Recurso de Agravo de Petição	-	3	-	3
Agravo de instrumento em Agravo de Petição	8	1	-	9
Ação rescisória	1	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>3.272</b>	<b>767</b>	<b>851</b>	<b>4.890</b>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO VIII

- SECRETARIA E ÓRGÃOS AUXILIARES -

- MOVIMENTO DA CONTADORIA - 1.960

Processos recebidos		1.572
Processos devolvidos às Juntas de origem (com 3.429 reclamantes)		1.480
<u>CONDENAÇÃO</u>		
Principal	Cr\$ 134.427.702,90	
Juros de mora	Cr\$ 16.379.199,20	Cr\$ 150.806.902,10
<u>EM SELOS FEDERAIS</u>		
Custas processuais	Cr\$ 3.126.312,10	
Custas da conta de liquidação	Cr\$ 93.527,70	Cr\$ 3.219.839,80
TOTAL GERAL		Cr\$ 154.026.741,90

- SEÇÃO DE PROCESSOS -

ESPÉCIE	ANO - 1.959	ANO - 1.960
Notificações	5.915	8.311
Acórdãos publicados	4.175	4.448
Certidões	3.222	4.066
Traslados	162	133
Cartas de sentença	162	365
Acórdãos lavrados	-	4.229
Ediais de acórdãos	772	808
Ediais de pentas	139	144
Custas de certidões	Cr\$ 62.695,20	Cr\$ 215.412,00
Custas processuais	Cr\$ 125.051,50	Cr\$ 278.214,10
Custas de traslados	Cr\$ 81.023,20	Cr\$ 136.756,20

MOVIMENTO DA SECÇÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

FÓLHAS DE PAGAMENTO

EXPEDIENTE DE PAGAMENTO

Registro "a posteriori"

Substituições	Juízes.....	20	fis.
Substituições	Funcionários ...	10	"
Abono	Juízes .....	20	"
Abono	Funcionários ...	10	"
Adicional	Juízes .....	12	"
Diárias	Juízes .....	8	"
Diárias	Funcionários ...	10	"
Gratificação de representação ..		10	"
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>	<b>fis.</b>

A partir de setembro

1.960

Cheques .....	1 720
Relações de Pagamento (5) .....	120
Relações de consignações (50) .....	1 300
Classificação de pagamento (5) .....	15
Averbações em fôlha .....	2 450
Fichas preenchidas - Caixa Econômica ..	300
Fichas preenchidas - IPASE .....	400
Fichas preenchidas - Imposto de Renda..	304
Livros de Pagamento preenchidos (1960).	3
Livros de Pagamento preenchidos (1961).	7
Procurações averbadas .....	90

EXPEDIDOS

Ofícios .....	500
Telegramas .....	70
Espenhos .....	56
Mensagens .....	11

EXPEDIENTE RECEBIDO DAS JUNTAS

Ofícios .....	1 160
Balancetes .....	88
Fôlhas de vogais .....	900
Contas e espenhos .....	500
Fôlhas de pagamento do Interior...	120
Relações de movimento de custas...	319
Coletas de preços .....	10

DIVERSOS

Cartões de ponto .....	3 784
Autuações .....	25
Informações .....	20
Contas processadas e pagas .....	66
Requisições escrituradas .....	80
Subconsignações escrituradas .....	32
Ofícios recebidos diversos .....	50
Proposta orçamentária PARCIAL	
2 - Verbas - 6 Consignações	
44 - Subconsignações .....	Cr\$ 98 396 400,00

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
MOVIMENTO DA SEÇÃO DO PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 1960

ANEXO X

RECEBIDOS

Ofícios - Juntas da Capital .....	601
Ofícios - Juntas do Interior .....	298
Ofícios - Diversos .....	85
Telegramas - Juntas do Interior ...	53
Telegramas - Diversos .....	46
Requerimentos .....	61

EXPEDIDOS

Ofícios .....	1 091
Telegramas .....	247
Certidões .....	13
Carteiras funcionais a Juizes - 4	
Carteiras funcionais a Vogais - 17	
Carteiras a funcionários - 24	45
Expedição manual .....	26
Ordens de serviço .....	2
Memorandos .....	2
Circulares .....	14
Informação verbal de funcionários..	49
Informação de processos .....	16
Contagem de tempo .....	37

DIVERSOS

Atos .....	18
Portarias .....	481
Designação de Juizes .....	343
Expediente de promoções .....	3
Fôlhas de cadastros - Juizes .....	12
Fôlhas de cadastros - Funcionários .....	12
Fôlhas de cadastros - JCs da Capital .....	228
Fôlhas de cadastros - JCs do Interior ....	120
Salários-famílias concedidos .....	45
Publicações de expediente .....	123
Térmos de posse .....	9
Térmos de posse e exercício .....	3
Térmos de exercício .....	2
Registro de Atos .....	13
Registro de Portarias .....	9
Apostilas em títulos .....	594
Renovação de Vogais (7) .....	28
Anotações em fichas funcionais .....	612

MOVIMENTO DO SERVIÇO DO MATERIAL NO EXERCÍCIO DE 1. 960

VERBAS DISTRIBUÍDAS POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS

CLASSIFICAÇÃO	IMPORTÂNCIAS DISTRIBUÍDAS	REQUISIÇÕES AO DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS		
		NÚMERO DE REQUISIÇÕES	IMPORTÂNCIA	SALDO
<u>VERBA 1.0.00</u>				
<u>CONSIGNAÇÃO 1.3.00 - MATERIAL DE CONSUMO</u>				
S/C 1.3.02 - Artigos de expediente .....	200.000,00	44	200.000,00	-
S/C 1.3.03 - Material de limpeza .....	50.000,00	22	50.000,00	-
S/C 1.3.04 - Combustíveis e lubrificantes .....	70.000,00	1	70.000,00	-
S/C 1.3.05 - Material e acessórios de máquina ...	60.000,00	22	60.000,00	-
S/C 1.3.13 - Vestuários e uniformes .....	50.000,00	7	50.000,00	-
<u>CONSIGNAÇÃO 1.4.00 - MATERIAL PERMANENTE</u>				
S/C 1.4.03 - Material bibliográfico .....	40.000,00	35	40.000,00	-
S/C 1.4.04 - Ferramentas e utensílios .....	20.000,00	40	20.000,00	-
S/C 1.4.06 - Material e acessórios de instalações	100.000,00	3	100.000,00	-
S/C 1.4.11 - Modelos e utensílios de escritório..	20.000,00	4	20.000,00	-
S/C 1.4.12 - Mobiliário em geral .....	80.000,00	10	80.000,00	-
<u>VERBA 4.0.00</u>				
<u>CONSIGNAÇÃO 4.2.00 - INVESTIMENTOS</u>				
S/C 4.2.01 - Máquinas, motores e aparelhos .....	500.000,00	4	500.000,00	-

CONCORRÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS, COLETAS E ADIANTAMENTOS

CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO DISTRIBUÍDO	CONCORRÊNCIAS ADMINISTRATIVAS		CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS		COLETAS		ADIANTAMENTOS		SALDO
		Nº	IMPORTÂNCIA	Nº	IMPORTÂNCIA	Nº	IMPORTÂNCIA	Nº	IMPORTÂNCIA	
		<u>VERBA 1.0.00</u>								
<u>CONSIGNAÇÃO 1.5.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS</u>										
S/C 1.5.01 - Acondicionamento e transporte	10.000,00	-	-	-	-	-	-	2	10.000,00	-
S/C 1.5.05 - Serviços de asseio .....	600.000,00	3	342.200,00	1	252.500,00	-	-	1	5.000,00	300,00
S/C 1.5.06 - Reparos e adaptações .....	70.000,00	-	-	-	-	1	70.000,00	-	-	-
S/C 1.5.07 - Publicações, serv. de impressão	250.000,00	3	202.649,00	-	-	1	22.000,00	-	-	25.351,00
<u>CONSIGNAÇÃO 1.6.00 - ENCARGOS DIVERSOS</u>										
S/C 1.6.01 - Despesas miúdas .....	10.000,00	-	-	-	-	-	-	2	10.000,00	-

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO XII

- MOVIMENTO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES EM 1960 -

Anotações feitas nas fichas	43 250
Informações ao Público	63 240
Papéis protocolados	10 984
Recursos de Revista entrados	2 895
Agraves de Instrumente entrados	200
Recursos Extraordinários	66
Recursos Ordinários	44
Embargos Declaratórios	30
Processos distribuídos	3 681
Fichas preenchidas	12 972
Processos entrados	4 313
Listas de correspondências	271
Listas de remessa de processos	106
Ofícios expedidos	194
Telegramas expedidos	79
Processos remetidos ao T.S.T.	2 330
Processos remetidos ao S.T.F.	74
Processos remetidos às J.C.J. de Interior	767
Processos remetidos às J.C.J. da Capital	3 272
Processos remetidos aos Juízes de Direito	851
Papeletas de Distribuição preenchidas	4 402
Papéis arquivados	3 150
Cartas Precatórias recebidas e enca minhadas	372
Processos recebidos do T.S.T.	1 254
Pedidos de correição arquivados	68
Processos remetidos ao Arquivo Geral	161
Processos enviados à Procuradoria	3 856
Processos julgados	4 450
Processos em pauta	3 930
Autuações	4 324
Processos devolvidos da Procuradoria	3 590
Publicações de acórdãos registrados nas fichas	4 349
Julgamentos anotados	4 450
Pastas organizadas	40
Fichários organizados	5
Empacotamento de Processos para D.C.T.	1 510
Protocolo de petição dadas ao público	4 670
Número de recorrentes protocolados	10 510
Processos recebidos da D.R.T. encaminhados	69
Livros preenchidos	30
Estatística de movimento de processo T.R.T. diária	360
Estatística de movimento de processo T.R.T. mensais	12
Estatística de movimento de processo T.R.T. anual	1



JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO XIII

-DISTRIBUIÇÃO DE SANTOS-

RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS EM 1.960

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1a. JUNTA		2a. JUNTA		TOTAL	
	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.
Divisão Regional do Trabalho	8	8	15	15	23	23
Cartas Precatórias	27	30	27	27	54	57
Escritas	401	762	372	539	773	1301
Verbais	747	747	766	766	1513	1513
<b>TOTAL</b>	<b>1183</b>	<b>1547</b>	<b>1180</b>	<b>1347</b>	<b>2363</b>	<b>2894</b>

MOVIMENTO ANUAL - 1.954 A 1.960

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO SANTOS	1.954 *		1.955		1.956		1.957		1.958		1.959		1.960		TOTAL	
	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.
1a. JUNTA	330	603	709	1.421	1.186	1.684	1.302	1.915	1.251	3.037	1.413	1.969	1.183	1.747	7.374	12.376
2a. JUNTA	453	1.161	710	1.820	1.184	1.957	1.292	1.447	1.246	2.328	1.411	1.858	1.180	1.347	7.476	11.918
<b>TOTAL</b>	<b>783</b>	<b>1.764</b>	<b>1.419</b>	<b>3.251</b>	<b>2.370</b>	<b>3.641</b>	<b>2.594</b>	<b>3.362</b>	<b>2.497</b>	<b>5.365</b>	<b>2.824</b>	<b>3.827</b>	<b>2.363</b>	<b>2.894</b>	<b>14.850</b>	<b>24.104</b>

\* a partir de 1.954, data em que esta Distribuição começou a funcionar.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO XIV

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECLAMAÇÕES E PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

AS JUNTAS NO ANO DE 1960

- DISTRIBUIÇÃO - São Paulo -

JUNTAS	CARTAS PRECATÓRIAS		DO PÚBLICO				TOTAL	
			Escritas		Verbais		DAS	
	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.
1a.	67	86	625	990	847	926	1.539	2.002
2a.	67	78	611	827	858	927	1.536	1.832
3a.	67	131	641	998	828	933	1.536	2.062
4a.	67	133	636	952	832	937	1.535	2.022
5a.	67	99	645	1.017	824	894	1.536	2.010
6a.	67	104	694	1.311	772	835	1.533	2.250
7a.	68	87	667	1.145	799	883	1.534	2.115
8a.	67	109	644	916	825	878	1.536	1.903
9a.	67	1.647	992	998	877	942	1.536	3.587
10a.	66	167	633	870	837	908	1.536	1.945
11a.	66	83	635	890	831	900	1.532	1.873
12a.	65	591	673	969	795	851	1.533	2.371
13a.	65	167	763	2.433	702	786	1.530	3.386
14a.	66	93	783	1.860	689	768	1.538	2.721
15a.	66	114	743	1.466	726	795	1.535	2.375
16a.	65	107	709	1.235	756	816	1.530	2.158
17a.	66	101	735	1.305	734	781	1.535	2.187
18a.	64	109	736	1.452	730	778	1.530	2.339
19a.	66	1.015	657	1.293	810	867	1.533	3.175
TOTAL	1.259	4.981	12822	22927	15072	16405	29.153	44.313

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ANEXO XV

QUADRO GERAL COMPARATIVO (MENSAL E ANUAL) DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS NO PERÍODO DE  
1941 a 1960

-DISTRIBUIÇÃO - SÃO PAULO-

	1 941	1 942	1 943	1 944	1 945	1 946	1 947	1 948	1 949	1 950	1 951	1 952	1 953	1 954	1 955	1 956	1 957	1 958	1 959	1 960
JANEIRO .....	-	323	185	469	925	740	1 246	804	800	1 092	805	1 160	1 605	1 680	2 169	2 112	2 880	2 698	2 387	2 403
FEVEREIRO .....	-	154	365	350	506	806	869	738	785	891	794	1 108	1 362	1 711	2 081	2 151	2 718	2 237	2 631	2 568
MARÇO .....	-	275	483	581	755	753	768	773	1 059	1 120	984	1 372	1 695	1 854	2 488	2 171	2 618	2 702	2 734	3 090
ABRIL .....	-	353	479	458	536	738	817	764	780	859	1 049	1 151	1 449	1 543	1 993	2 181	2 766	2 121	2 740	2 289
MAIO .....	-	261	344	420	785	682	845	693	862	1 108	1 040	1 316	1 593	1 552	2 098	1 934	2 489	2 178	2 475	2 460
JUNHO .....	-	172	346	508	978	565	761	720	801	817	983	1 219	1 666	1 544	2 044	1 835	2 287	2 000	2 488	2 367
JULHO .....	+1405	428	243	466	762	602	872	732	846	860	904	1 420	1 829	1 727	1 984	1 916	2 715	2 144	2 733	2 297
AGOSTO .....	728	602	356	590	627	676	784	592	923	738	1 227	1 229	1 579	1 877	2 075	2 168	2 564	2 007	2 338	2 438
SETEMBRO .....	953	409	361	624	560	652	681	562	880	774	936	1 392	1 535	1 891	1 973	2 195	2 247	2 034	2 400	2 280
OUTUBRO .....	1 789	503	327	871	632	717	750	751	910	809	1 086	1 378	1 649	1 801	1 742	2 644	2 270	1 982	2 475	2 341
NOVEMBRO .....	729	427	314	512	535	690	564	705	827	773	1 051	1 250	1 580	1 902	1 899	2 196	2 151	1 945	2 237	2 095
DEZEMBRO .....	641	172	373	578	517	755	579	690	976	723	978	1 239	1 603	1 997	1 821	1 556	2 257	1 914	2 239	2 525
TOTAIS .....	5 245	4 059	4 136	6 427	8 028	8 377	9 636	8 714	10449	10564	11837	15234	19143	21079	24367	25039	29962	25962	29877	29153

TOTAL das reclamações entradas desde a instalação  
da Justiça do Trabalho, até 31 de dezembro de 1960:

307.185

(+) A PARTIR DO DIA 3, QUANDO COMEÇOU A FUNCIONAR A JUSTIÇA DO TRABALHO.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.960  
 ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

ANEXO XVI

- PROCESSOS E RECLAMANTES EM 1.960 -

J U N T A S	Processos que passaram para 1.960	Processos que entraram em 1.960	Total de processos em 1.960	Total de reclamações em 1.960
1a. JUNTA	424	1.539	1.963	4.394
2a. JUNTA	199	1.536	1.735	2.106
3a. JUNTA	242	1.536	1.778	3.605
4a. JUNTA	451	1.534	1.985	2.710
5a. JUNTA	264	1.536	1.800	2.814
6a. JUNTA	721	1.533	2.254	3.240
7a. JUNTA	134	1.534	1.668	2.311
8a. JUNTA	195	1.536	1.731	3.768
9a. JUNTA	291	1.536	1.827	4.184
10a. JUNTA	211	1.536	1.747	1.671
11a. JUNTA	314	1.532	1.846	2.597
12a. JUNTA	324	1.553	1.877	2.297
13a. JUNTA	158	1.530	1.688	3.707
14a. JUNTA	185	1.550	1.735	2.741
15a. JUNTA	75	1.585	1.660	2.634
16a. JUNTA	188	1.530	1.718	2.509
17a. JUNTA	225	1.536	1.761	3.327
18a. JUNTA	180	1.530	1.710	2.797
19a. JUNTA	171	1.533	1.704	3.505
CAMPINAS	71	790	861	2.239
GUIARÁ	13	76	89	89
CURITIBA	314	1.483	1.797	2.478
JUNDIAÍ	91	1.215	1.306	3.229
RIBEIRÃO PRÊTO	158	670	828	1.143
1a. JUNTA DE SANTOS	194	1.184	1.378	2.295
2a. JUNTA DE SANTOS	341	1.180	1.521	2.031
SANTO ANIRÉ	598	1.128	1.726	9.490
SÃO CAETANO DO SUL	228	1.162	1.390	3.223
SOROCABA	40	1.000	1.040	1.677
T O T A I S	7.000	38.123	46.123	84.811

## JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

ANEXO XVII

MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.960  
ESTADO DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

## - PROCESSOS SOLUCIONADOS EM 1.960 -

JUNTAS	Processos solucionados	Número de recla- mantes dos proce- ssos solucio- nados	Processos por solucionar	Número de recla- mantes dos proce- ssos por solucio- nar
1a. JUNTA	1.475	1.953	488	2.440
2a. JUNTA	1.647	1.968	104	155
3a. JUNTA	1.375	2.019	403	1.586
4a. JUNTA	1.582	2.080	498	589
5a. JUNTA	1.500	1.875	300	939
6a. JUNTA	1.484	2.301	770	939
7a. JUNTA	1.594	2.018	214	459
8a. JUNTA	1.389	1.723	276	761
9a. JUNTA	1.442	1.686	385	2.498
10a. JUNTA	1.479	1.732	205	1.671
11a. JUNTA	1.402	1.689	444	908
12a. JUNTA	1.529	1.757	264	540
13a. JUNTA	1.413	2.804	210	736
14a. JUNTA	1.439	2.440	392	907
15a. JUNTA	1.582	2.358	78	246
16a. JUNTA	1.441	2.149	277	360
17a. JUNTA	1.520	2.738	241	989
18a. JUNTA	1.441	1.980	269	817
19a. JUNTA	1.437	1.982	201	541
CAMPINAS	784	1.874	77	372
GUIARÁ	42	42	13	13
CURITIBA	1.597	2.153	200	325
JUNDIAÍ	1.223	1.882	83	1.347
RIBEIRÃO PRÊTO	695	878	133	265
1a. JUNTA DE SANTOS	1.105	1.288	272	1.006
2a. JUNTA DE SANTOS	1.177	1.359	444	672
SANTO ANERÊ	1.299	2.657	427	6.576
SÃO CAETANO DO SUL	1.180	2.132	210	1.091
SOROCABA	921	1.292	119	385
<b>T O T A I S</b>	<b>38.194</b>	<b>54.809</b>	<b>7.997</b>	<b>29.733</b>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO  
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.960  
 ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATTO GROSSO

ANEXO XVIII

- CUSTAS DOS PROCESSOS EM 1.960 -

J U N T A S	CUSTAS IMPOSTAS (em Cr\$.)	CUSTAS ARRECADADAS (em Cr\$.)
1a. JUNTA	799.017,90	427.767,20
2a. JUNTA	1.203.252,00	640.072,70
3a. JUNTA	993.677,20	360.356,50
4a. JUNTA	1.168.505,50	474.629,50
5a. JUNTA	821.784,20	477.727,60
6a. JUNTA	1.328.246,00	546.067,40
7a. JUNTA	1.053.014,40	435.287,90
8a. JUNTA	967.942,30	369.157,80
9a. JUNTA	463.891,00	258.925,00
10a. JUNTA	1.096.237,70	513.087,50
11a. JUNTA	1.180.090,80	599.254,90
12a. JUNTA	1.053.782,40	256.066,50
13a. JUNTA	1.066.566,90	935.313,80
14a. JUNTA	1.288.939,30	520.416,70
15a. JUNTA	1.813.830,40	661.880,00
16a. JUNTA	1.123.739,70	441.035,30
17a. JUNTA	565.318,90	522.699,70
18a. JUNTA	777.407,60	647.791,40
19a. JUNTA	811.564,40	373.137,60
CAMPINAS	756.796,80	388.932,10
CUIABÁ	53.807,00	28.412,00
CURITIBA	425.435,70	425.796,20
JUNDIAÍ	776.541,70	618.460,00
RIBEIRÃO PRÊTO	550.361,70	308.769,60
1a. JUNTA DE SANTOS	498.993,10	296.583,30
2a. JUNTA DE SANTOS	831.283,70	201.699,00
SANTO ANIRÉ	1.339.457,60	452.691,90
SÃO CASTANO DO SUL	726.520,60	239.884,40
SOROCABA	524.928,30	216.029,20
<b>T O T A I S</b>	<b>26.020.934,80</b>	<b>12.597.933,40</b>

## JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

ANEXO XIX

MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.960  
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

JUNTAS	Processos em pauta	Número de reclamantes dos processos em pauta	Adiantamentos e Diligências	
			Processos	Reclamantes
1a. JUNTA	2.996	4.462	1.458	2.467
2a. JUNTA	2.085	2.085	526	715
3a. JUNTA	2.523	4.032	987	1.828
4a. JUNTA	2.807	4.251	1.583	2.174
5a. JUNTA	2.944	3.841	1.444	1.966
6a. JUNTA	2.420	5.104	936	2.803
7a. JUNTA	2.147	3.160	677	1.303
8a. JUNTA	2.761	3.768	1.317	2.044
9a. JUNTA	2.847	4.955	1.325	3.171
10a. JUNTA	2.594	5.381	1.077	3.551
11a. JUNTA	2.874	4.013	1.390	2.218
12a. JUNTA	2.883	7.709	1.283	5.871
13a. JUNTA	2.752	6.707	1.252	3.794
14a. JUNTA	2.671	5.985	1.209	3.533
15a. JUNTA	2.400	4.916	905	2.688
16a. JUNTA	2.821	4.406	1.338	2.303
17a. JUNTA	3.025	4.412	1.464	2.378
18a. JUNTA	2.574	5.434	1.166	3.487
19a. JUNTA	2.339	3.757	835	1.687
CAMPINAS	1.289	3.205	505	1.331
CUIABÁ	76	79	33	33
CURITIBA	2.736	4.199	1.139	2.046
JUNDIAÍ	1.976	3.261	753	1.379
RIBEIRÃO PRÊTO	1.318	1.478	623	984
1a. JUNTA DE SANTOS	1.611	2.286	-	-
2a. JUNTA DE SANTOS	2.540	4.078	1.363	2.719
SANTO ANDRÉ	2.257	5.409	963	2.757
SÃO CAETANO DO SUL	1.508	6.330	356	4.198
SOROCABA	1.401	2.802	480	1.510
T O T A I S	67.175	121.505	28.387	66.938

## MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.960

ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

- DECISÕES PROFERIDAS - (1) -

JUNTAS	CONCILIAÇÕES			PROCEDENTES			PROCEDENTES EM PARTE			TOTAL EM Cr\$
	Procs.	Recls.	Valor em Cr\$	Procs.	Recls.	Valor em Cr\$	Procs.	Recls.	Valor em Cr\$	
1a. JUNTA	398	462	5.490.687,90	239	407	10.244.969,90	83	92	2.116.697,00	17.852.354,80
2a. JUNTA	630	669	8.075.277,10	448	190	4.794.692,60	39	51	4.663.730,50	17.533.699,20
3a. JUNTA	465	849	12.073.199,10	187	264	9.050.008,70	83	187	3.938.903,60	25.062.111,40
4a. JUNTA	361	426	6.587.795,00	162	274	10.448.720,40	69	91	1.953.534,00	18.990.049,40
5a. JUNTA	453	525	7.688.200,80	157	221	4.307.283,00	63	121	2.415.227,60	14.410.711,40
6a. JUNTA	537	663	14.059.709,90	175	463	6.806.565,50	78	202	4.696.470,50	25.562.745,90
7a. JUNTA	365	416	6.731.759,40	192	221	7.986.872,30	79	130	2.730.111,10	17.448.742,80
8a. JUNTA	483	532	7.064.818,20	143	196	6.853.141,70	27	74	1.356.354,90	15.274.314,80
9a. JUNTA	406	447	6.708.628,40	128	177	4.671.416,80	50	103	2.045.835,90	13.425.881,10
10a. JUNTA	433	495	13.122.402,80	143	151	6.556.403,90	72	83	3.312.600,20	21.991.406,90
11a. JUNTA	331	376	15.686.994,80	150	211	6.164.479,00	53	56	2.520.789,40	24.372.263,20
12a. JUNTA	477	531	7.940.457,50	214	251	9.089.431,40	19	21	428.317,40	17.458.206,30
13a. JUNTA	537	1.088	18.800.616,80	170	642	14.148.944,50	108	238	10.203.379,60	43.152.939,90
14a. JUNTA	435	504	10.266.921,20	189	786	10.479.046,80	81	133	6.221.764,70	26.967.732,70
15a. JUNTA	563	635	10.650.687,10	224	530	28.038.394,30	50	155	12.745.948,10	51.435.029,50
16a. JUNTA	350	483	5.659.897,00	187	416	6.519.672,20	104	153	7.111.835,70	19.291.404,90
17a. JUNTA	353	394	6.112.021,40	263	523	9.328.816,97	77	175	3.020.216,96	18.461.055,33
18a. JUNTA	470	554	11.048.586,20	159	275	9.601.162,50	91	199	9.319.787,20	28.969.535,90
19a. JUNTA	516	579	6.520.106,68	108	431	4.401.740,80	57	80	3.021.280,60	13.943.128,08
CAMPINAS	376	558	6.902.217,00	110	515	6.213.912,60	55	78	2.054.429,60	15.170.559,20
GUIABÁ	31	31	263.409,00	11	11	669.424,50	5	7	400.033,60	1.332.867,10
CURITIBA	218	263	18.812.696,30	104	148	3.147.166,90	136	359	8.212.929,40	30.172.792,60
JUNDIAÍ	623	968	12.328.656,80	151	256	3.747.408,40	152	243	4.145.442,00	22.221.507,20
RIBEIRÃO PRÊTO	221	269	2.263.010,20	106	153	3.184.146,20	102	141	3.144.907,70	8.592.064,10
1a. JUNTA DE SANTOS	439	462	4.147.317,50	131	185	3.263.687,60	46	56	1.043.408,50	8.454.143,60
2a. JUNTA DE SANTOS	348	360	3.423.067,40	132	150	4.419.627,30	68	68	1.647.018,80	9.489.713,50
SANTO ANIRÉ	502	1.233	15.536.137,90	186	529	8.241.974,40	31	95	681.635,90	24.459.748,20
SÃO CARLOS DO SUL	327	431	6.902.301,30	105	157	3.016.053,70	66	361	1.479.085,00	10.997.440,00
SOROCABA	523	565	3.755.574,80	92	356	2.986.492,90	25	39	917.990,00	7.660.057,70
<b>T O T A L</b>	<b>12.171</b>	<b>15.768</b>	<b>254.223.155,48</b>	<b>4.466</b>	<b>9.091</b>	<b>209.381.656,70</b>	<b>1.969</b>	<b>3.791</b>	<b>106.549.665,46</b>	<b>570.153.867,71</b>



MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.960  
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

- DECISÕES PROFERIDAS - (2) -

JUNTAS	Improcedentes e Prescritos			Não conhecidos, arquivados e desistências			TOTAL		Incompetência da Junta		Homologação de demissão	
	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	EM	Cr\$	Procs.	Rects.	Procs.	Rects.
1a. JUNTA	130	189	2.848.047,20	483	571	1.213.221,30	4.061.268,50		2	2	49	49
2a. JUNTA	87	121	4.800.889,50	541	694	12.253.872,10	17.054.761,60		-	-	51	51
3a. JUNTA	68	73	1.673.847,00	496	569	9.999.124,50	11.672.971,50		2	2	49	49
4a. JUNTA	139	194	4.822.270,10	587	915	18.133.423,50	22.955.693,60		2	2	49	49
5a. JUNTA	128	177	3.513.520,40	561	663	23.356.121,80	26.869.642,20		-	-	54	54
6a. JUNTA	117	189	6.580.422,40	307	428	2.122.588,90	8.703.011,30		-	-	50	52
7a. JUNTA	177	235	5.583.897,80	486	640	10.815.309,90	16.399.207,70		2	2	54	57
8a. JUNTA	88	196	4.126.787,00	585	661	11.265.313,70	15.392.100,70		3	3	4	4
9a. JUNTA	128	139	3.159.123,10	597	669	12.753.577,40	15.912.700,50		-	-	46	48
10a. JUNTA	175	278	4.046.296,70	583	648	6.128.144,70	10.174.441,40		-	-	52	52
11a. JUNTA	102	123	4.678.365,30	641	751	12.887.685,70	17.566.051,00		-	-	52	54
12a. JUNTA	99	117	1.726.720,50	618	733	14.082.114,40	15.808.834,90		-	-	51	51
13a. JUNTA	75	201	4.249.844,50	459	571	13.117.379,00	17.367.223,50		3	3	54	54
14a. JUNTA	103	218	4.159.857,50	486	582	13.333.953,30	17.493.810,80		-	-	40	40
15a. JUNTA	89	137	2.485.305,50	501	687	17.511.848,20	19.997.153,70		-	-	52	56
16a. JUNTA	149	218	6.630.055,70	472	674	16.732.024,90	23.362.080,60		1	1	47	49
17a. JUNTA	133	147	3.235.863,60	525	658	18.402.081,80	21.637.945,50		-	-	42	42
18a. JUNTA	103	160	4.025.157,80	433	574	13.461.644,40	17.486.802,20		2	3	55	55
19a. JUNTA	92	122	3.230.254,60	601	695	9.138.463,56	12.368.718,16		-	-	50	50
CAMPINAS	65	132	3.496.237,10	127	163	3.701.818,80	7.198.055,90		4	381	41	41
GUIABÁ	6	6	221.168,00	8	8	191.095,00	412.263,00		2	2	-	-
CURITIBA	120	207	9.268.640,80	255	312	5.737.156,30	15.005.797,10		25	34	94	94
JUNDIAÍ	91	145	3.571.047,30	145	190	2.774.253,50	6.345.300,80		11	20	43	43
RIBEIRÃO PRÊTO	85	96	3.318.555,10	80	103	3.257.786,70	6.576.341,80		3	3	15	15
1a. JUNTA DE SANTOS	92	168	3.270.183,50	198	207	6.988.114,20	10.258.297,70		6	6	15	15
2a. JUNTA DE SANTOS	131	210	4.341.248,60	468	493	8.187.910,20	12.529.158,80		2	2	11	11
SANTO ANDRÉ	77	105	1.765.985,40	430	613	11.940.521,70	13.706.507,10		1	1	50	50
SÃO CAETANO DO SUL	207	393	5.708.285,40	330	627	7.339.390,90	13.047.676,30		7	16	64	65
SOROCABA	37	45	2.556.207,30	228	271	7.023.542,40	9.579.749,70		1	1	3	3
<b>T O T A L</b>	<b>3.093</b>	<b>4.741</b>	<b>113.094.084,70</b>	<b>12.237</b>	<b>15.370</b>	<b>293.831.482,76</b>	<b>406.933.567,56</b>		<b>79</b>	<b>484</b>	<b>1.237</b>	<b>1.253</b>

## JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

ANEXO XXII

## MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.960

ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

- DECISÕES PROFERIDAS - (3) -

JUNTAS	INQUÉRITOS JUDICIAIS								Conf. Jur.		Rem. a outros		Julg. de		RECURSOS DE EMBARGOS					
	Conciliados		Procedentes		Improcedentes		Arquivados		Proc.	Proc.	Órgãos		infrações		Aceitos		Aceitos/parte		Rejeitados	
	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	TRT	STF	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.
1a. JUNTA	1	1	2	2	2	2	1	5	-	-	74	94	15	15	9	11	1	1	81	83
2a. JUNTA	1	1	4	4	3	3	-	-	-	-	13	22	-	-	1	1	3	3	67	71
3a. JUNTA	2	2	2	2	6	6	-	-	-	-	15	16	-	-	9	9	4	4	55	55
4a. JUNTA	-	-	2	2	1	1	2	2	1	-	6	6	5	5	2	2	-	-	82	82
5a. JUNTA	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	15	17	-	-	14	14	5	5	54	54
6a. JUNTA	-	-	3	3	-	-	-	-	2	2	95	170	28	29	7	7	4	5	30	42
7a. JUNTA	1	1	3	3	2	2	1	1	-	-	11	23	2	2	11	18	2	2	75	88
8a. JUNTA	-	-	1	1	1	1	1	1	-	-	13	14	-	-	10	10	-	-	41	41
9a. JUNTA	1	1	2	2	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	5	5	3	3	54	54
10a. JUNTA	-	-	2	2	2	2	2	2	-	-	10	13	-	-	3	3	5	5	82	82
11a. JUNTA	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	6	6	84	84
12a. JUNTA	3	3	5	5	2	2	-	-	-	-	16	16	24	25	12	12	1	1	87	87
13a. JUNTA	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	1	1	1	1	89	106
14a. JUNTA	1	1	5	5	-	-	-	-	1	-	8	8	11	11	5	5	77	77	-	-
15a. JUNTA	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	11	22	-	-	7	7	1	1	68	270
16a. JUNTA	1	1	2	2	-	-	1	1	-	-	57	71	52	62	5	5	2	2	78	88
17a. JUNTA	-	-	2	2	3	3	-	-	-	-	71	746	49	49	13	13	1	1	138	138
18a. JUNTA	1	1	1	1	2	2	-	-	-	-	10	12	-	-	6	6	1	1	68	88
19a. JUNTA	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	8	10	2	2	59	90
CAMPINAS	-	-	6	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6	6	3	3	44	44	
CUIABÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CURITIBA	3	3	3	3	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JUNDIAÍ	1	1	1	1	2	2	3	13	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	9	9
RIBEIRÃO PRÊTO	1	1	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	7	7	120	176
1a. JUNTA DE SANTOS	1	1	5	5	2	2	-	-	-	-	2	2	-	-	7	7	2	2	51	54
2a. JUNTA DE SANTOS	1	1	3	3	2	2	-	-	-	-	-	-	14	14	6	6	-	-	31	31
SANTO ANDRÉ	2	2	3	3	-	-	-	-	-	-	11	59	30	30	5	5	-	-	36	36
SÃO CAETANO DO SUL	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	3	3	-	-	3	3	1	1	52	113
SOROCABA	3	3	1	1	1	1	-	-	-	-	6	6	2	2	5	5	4	5	63	72
TOTAL	28	28	66	66	33	37	15	33	4	3	462	1335	232	244	173	191	138	139	1735	2080